

Uso da internet para controle social e participação: o que os governos locais da América Latina fazem?

Prof. José Carlos Vaz
(EACH-USP/ITIP)

Pesquisa

- 25 casos de uso da internet por governos subnacionais da América Latina (Peru, México, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia).
- Identificação de tendências e funcionalidades emergentes.
- Equipe: José Carlos Vaz, Manuella Maia, Nina Best e Ricardo Matheus
- Apoio: Rede LogoLink – Instituto Pólis

Questões

- Internet pode ampliar a participação cidadã?
- Internet pode auxiliar o controle social dos governos?
- As práticas participativas e de controle social pela internet mudam as relações de poder?

Promoção da participação e interação

- Orçamento participativo digital
 - Indicação de prioridades
 - Ipatinga
 - Uso para deliberação de obras
 - Belo Horizonte
 - Recife
 - Bella Vista (Argentina)
 - Miraflores (Peru)
 - Votação via web
 - Tecnologia amplamente disponível
 - Orçamento Participativo presencial
 - Conflito/competição ou complementaridade?

- Recursos de interatividade
 - Ouvidorias
 - Atendimento on line
 - Chats com dirigentes públicos (Baja California, México)
 - Utilização bastante desigual.

Controle social dos governos

- Monitoramento do orçamento participativo
 - Ferramentas de consulta on line sobre realização de obras.
 - Acompanhamento personalizado (temas, regiões).
 - Em geral, acompanha-se apenas o status, mas não o processo de realização da obra (licitação etc.).

- Compras públicas

- Divulgação de licitações com poucas informações complementares.
- Recursos de inteligência de compras indisponíveis para controle social.
- Compras eletrônicas: transparência mais voltada para os licitantes que para os cidadãos.

- Prestação de contas

- Importância da legislação

- México:

- lei de transparência obriga governos subnacionais a prestar contas e atender demandas de cidadãos.

- informações financeiras detalhadas

- Brasil: prestação de contas na internet tratada burocraticamente

- Combate à corrupção

- Ferramentas de denúncias on line
- Portais municipais de transparência (São Carlos)
- Tracking de resolução de denúncias é pouco utilizado.
- Não há expressivo "feedback" das prefeituras para envio de informações sobre denúncias de corrupção.

Tecnologia disponível é pouco explorada

- Vários recursos tecnológicos poderiam ser utilizados mais intensivamente:
 - Personalização de navegação
 - Acesso a bases de dados públicas via web
 - SMS e outros recursos de m-gov
 - Location based services
 - Redes sociais – como governos poderão utilizá-las?
 - A web 2.0 não chegou à participação e controle social nos governos subnacionais latinoamericanos...

Internet pode ampliar a participação cidadã?

- Orçamento participativo digital amplia número de participantes
 - Novos públicos (jovens, classe média).
 - Estimula novas formas de mobilização.
 - Resistência dos participantes de OP presenciais: não cria espaços públicos de negociação e discussão política.
- Participação individual ou coletiva?

Internet pode auxiliar o controle social dos governos?

- Disponibilização de informações tem vários níveis.
 - Controle social requer alto nível de processamento da informação.
 - Dados brutos são pouco eficazes: transparência pro forma.
- Legislação tem sido mais eficaz que a vontade dos governos de oferecer transparência...
- Quem são os interlocutores no controle social? Como fortalecê-los?

As práticas participativas e de controle social pela internet mudam as relações de poder?

- Certamente não, se a participação e a transparência forem *pro forma*...
- Quem ganha e quem perde?
 - Burocracia
 - Políticos
 - Militantes da participação (ex. conselheiros de Orçamento Participativo)
- O problema não é tecnológico, é político: tecnologia não pode ser pensada desvinculada dos processos sociais e políticos em que se insere.

Prof. José Carlos Vaz

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo (EACH-USP)

vaz@usp.br